O modelo ocidental de guerra: aspectos, organização e limites

Prof. Doutor
Henrique Modanez de Sant´Anna

Introdução

No momento atual de produção do conhecimento histórico surgem dois novos questionamentos referentes à fundamentação metódica deste modo específico de representação do passado. De um lado, não podemos mais pensar na narrativa histórica sem nos perguntarmos a quem ela se dirige. De outro, a lógica peculiar que rege a retórica dos historiadores nos conduz a reflexões sobre as diversas formas e prefigurações poéticas que delimitam a inevitável ficcionalidade da história (*Geschichte*).[1] A partir desta ênfase quase sempre compreendida como pós-moderna, sustento a coerência na abordagem que desenvolvo com o intuito de fixar alguns limites ao "modelo ocidental de guerra", percebendo-o como discurso (enunciado localizado).

O estabelecimento de um padrão de guerrear característico do mundo ocidental explicita, neste sentido, a intenção de legitimar a atuação militar do Ocidente (frequentemente liderado pelos Estados Unidos) nas consideradas "áreas de tensão". Personifica o exemplo ideal para a condução da crítica que aponta o paradoxo do sistema de governo moderno, ou seja, a tentativa de promoção da democracia como forma superior de governo (pautada no consenso e na liberdade) é frequentemente acompanhada de

violações dos princípios democráticos[2].

A guerra que marcou o século XX pode ser pensada como fruto de um processo de intensificação na militarização nacional, vinculada quase sempre ao estabelecimento de uma economia capitalista forte e à expansão do "projeto modernizador", que em âmbito político tem a ver com a fixação dos governos democráticos. Segundo John Keegan, o desdobramento desta militarização levou ao estado em que o mundo se encontra, isto é, a frustração diante da impossibilidade de unir dois códigos públicos: o dos "direitos inalienáveis" (a liberdade e a vida) e o da abnegação para a realização estratégica. (KEEGAN, 2006: 80) Neste sentido, devido a máxima letalidade das armas nucleares, a perspectiva de guerra mundial tende a perder cada vez mais espaço para ceder lugar não a uma pacificação geral, mas à realização do que chamamos de "guerras de ajuste", isto é, intervenções militares em regiões "tensas" devido a seus governos ou culturas distantes das concepções de liberdade produzidas no mundo ocidental capitalista.

Como processo de construção de identidade, o modelo ocidental necessariamente "orientaliza", hierarquiza e exclui[3]. Os diversos níveis de orientalismo dizem respeito a um mundo oriental construído (unificando por estruturas narrativas regiões e culturas completamente distintas) de forma estranha à análise das práticas discursivas que conferem as construções certa precisão hermenêutica. Este tipo de exclusão do "outro" pode ser notada em posicionamentos como os do historiador Donald Kagan, que trata a condução da democracia como sendo vinculada à manutenção da superioridade militar americana.

Ao lado da insistente "imaginação do outro", o modelo organizado inicialmente pelo historiador Victor Davis Hanson sustenta a existência de uma tradição militar ocidental, fundada na retórica da continuidade, mas precavida das diversas especificidades históricas. Em linhas mais detalhadas, um conjunto de valores articulados que demarcam a atuação militar ocidental no decorrer de mais de dois mil anos de história, dos gregos antigos ao mundo moderno, compõem um padrão de guerra que não é só específico, mas também superior[4].

Seguindo esta ideia, cabe a interrogação acerca da plausibilidade científica do "modelo ocidental de guerra", uma vez que já o localizamos a partir de sua relação com as intenções de estabelecimento da supremacia bélica ocidental. Em outras palavras, de acordo com os pressupostos metódicos (regras de pesquisa empírica) e conceituais produzidos a partir da atualização constante dos três princípios da consciência histórica (a relação dialética entre tradição e liberdade - pensada como discurso, a cientificidade da construção do passado e a defesa de que os eventos situados no passado não são indiferentes uns aos outros)[5] qual pode ser a validade do modelo de Hanson?

1 - Aspectos da Guerra Ocidental

Segundo Geoffrey Parker, o "modelo ocidental de guerra" pode ser pensado a partir da

combinação de cinco aspectos, resumidos em: tecnologia superior, capacidade rápida de resposta a possíveis melhoramentos bélicos, tradição militar agressiva, disciplina e a primazia da utilização do capital para a resolução de conflitos, substituindo em muitos casos a força militar[6]. Pensamos que o último elemento implica a existência de uma economia globalmente articulada e que tenha o capitalismo como modelo.

Sendo assim, consideramos conveniente desenvolver a análise referente ao modelo ocidental de guerra sem levar em consideração tal aspecto, uma vez que nosso interesse está centrado na formação dos padrões ocidentais de guerra. Aplicando a "fórmula" de Parker ao nosso direcionamento temático, assumimos a interdependência dos quatro aspectos salientados, percebendo a "armadilha cívica" como sequência lógica da disciplina ocidental, pautada na coesão da tropa mais próxima da agricultura que do profissionalismo marcial.

1.1 - Tecnologia superior

Sustentar que o mundo ocidental foi marcado pela utilização de tecnologia superior em guerra não é o mesmo que dizer que todo recurso tecnológico bélico eficiente foi produzido necessariamente no Ocidente. Essa constatação nos remete a uma expansão da idéia de superioridade tecnológica, conduzindo-nos à percepção do uso letal de tecnologias estrangeiras. A capacidade de produzir ou adaptar esses recursos, juntamente com os demais aspectos, quase sempre compensou a inferioridade numérica, conforme analisado por Hanson no confronto entre britânicos e zulus ou nas referências aos *Dez mil*, de Xenofonte[7].

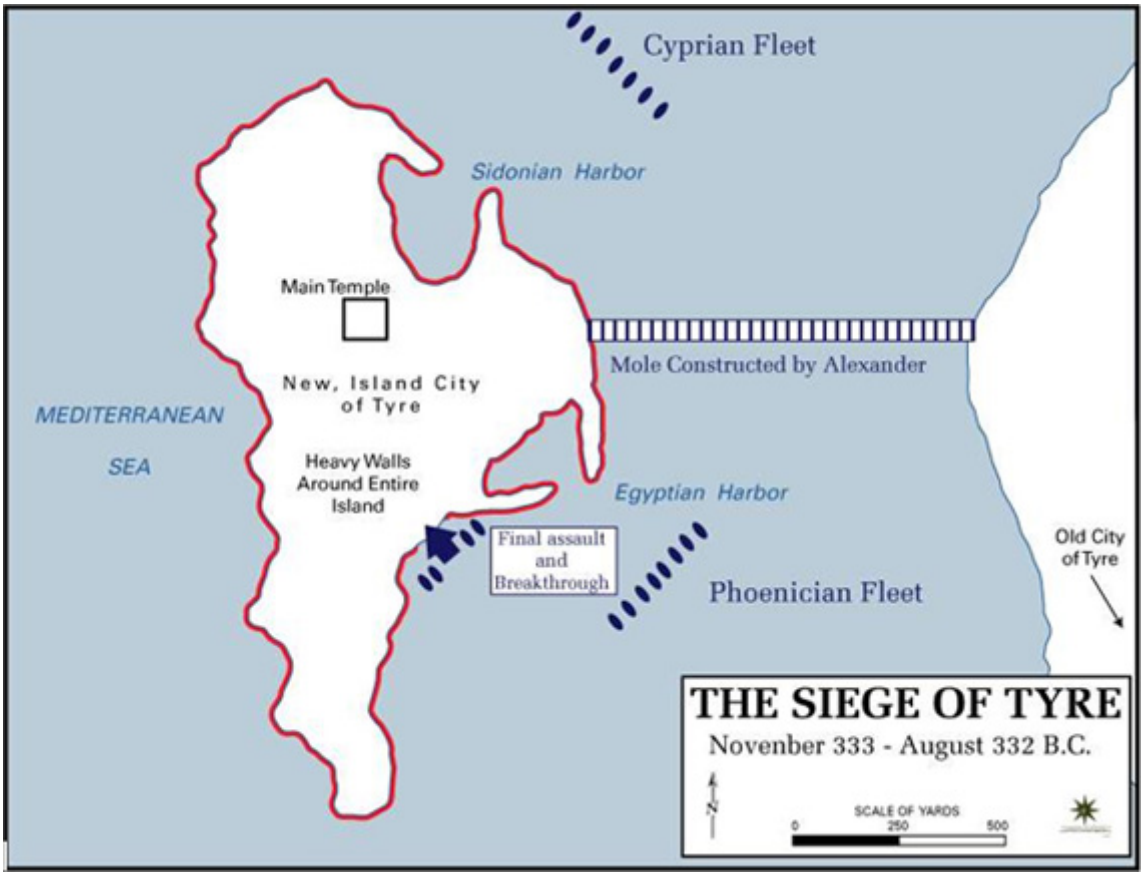
Objetivando ilustrar a sustentabilidade do aspecto tecnológico, basear-nos-emos na adaptação letal dos maquinários de assédio utilizados na conquista de Tiro (332 a.C.), cidade fenícia submetida ao Império Persa quando da Campanha dirigida por Alexandre Magno. A poliorcética diz respeito ao conjunto de técnicas envolvidas no ataque e na defesa de fortificações ou cidades e sem condições avançadas na execução dos cercos, a *anabasis*[8] de Alexandre teria sido interrompida pela grandeza de uma muralha. Em outras palavras, a tecnologia empregada pelas tropas ocidentais sob comando do rei macedônio desempenhou papel crucial no decorrer da conquista do Império Persa, uma vez que os persas possuíam logística apurada e souberam se utilizar muito bem das vantagens defensivas.

De todos os casos de assédio narrados por Arriano, historiador do século II d.C. que baseou seu testemunho nos relatos de Calístenes (sobrinho de Aristóteles encarregado de registrar a campanha) e Aristóbulo (um dos responsáveis pela engenharia de máquinas), o mais decisivo parece ser o cerco de Tiro, dado a grande profusão na utilização de maquinários e artilharia. O direcionamento das atenções a região fenícia vinculou-se claramente a preocupação em assegurar o poderio marítimo e esgotar as forças do Grande Rei antes de lhe dar a estocada final, com o aniquilamento da "resistência armada oficial", ocorrida em Gaugamela (331 a.C.).

De acordo com Arriano, Alexandre teria dito irritado aos habitantes de Tiro, justificando o cerco e sua relevância na campanha, uma vez que a cidade fenícia mostrou-se hostil ao *hegemon* dos gregos:

"Se tomarmos Tiro, presumo que caia toda a Fenícia; e especialmente toda sua frota, que forma a maior e mais forte parte da esquadra persa, passará ao meu comando (...) E Chipre, vislumbrando isto, ou passará facilmente para o nosso lado, ou a tomaremos facilmente quando do ataque de nossa frota"[9].

Tiro estava situada em duas ilhas, sendo que para seu assédio Alexandre mandou construir uma ponte por onde seu exército atravessaria até as muralhas. Obviamente, a construção da via de comunicação entre a velha e a nova Tiro (de uma ilha a outra) sofreu diversos ataques dos soldados fenícios, basicamente com navios e projéteis arremessados das torres da cidade. Diante da resistência armada que impedia a construção da ponte, Alexandre fez avançar duas torres de madeira cobertas de couro (o que praticamente anulava os efeitos dos projéteis inflamados, além de assegurar um contra-ataque aos navios e agir como escudo aos construtores), mas que foram rapidamente repelidas com um ataque fenício sustentado em dois níveis: a explosão de barcos carregados com materiais inflamáveis e a invasão da ponte em construção por soldados.



Cerco de Tiro: In: http://en.wikipedia.org - Capturado em 31 de Março de 2007, às 2 horas.

Finalmente, tendo Alexandre percebido que não poderia tomar Tiro sem consistente força naval, utilizou-se de parte de sua conquista e recrutou um número considerável de embarcações. Desse modo, pôde bloquear as entradas da cidade e forçar o confronto direto com as máquinas de assédio. Após insistentes tentativas, a parte sul da muralha cedeu e permitiu a invasão dos soldados macedônios, que escalavam os muros danificados, adentravam a cidade que já não podia mais oferecer resistência e colocavam fim a um cerco que durava mais de seis meses.

1.2 - Aprimoramento bélico: desafio e resposta

Seguindo a idéia da potencialização das tecnologias militares, a cultura ocidental possibilitaria, de acordo com a proposta do "modelo ocidental de guerra", o oferecimento de respostas rápidas a desafios advindos da prática militar. Em outras palavras, a tensão que reside na vontade de controle, ou seja, na elaboração da eficácia, torna-se dependente da tradição que advém dos gregos: "a abstração de formas ideais, edificadas em modelos, que se projetariam sobre o mundo e que a vontade teria como meta realizar"[10].

A essa resposta dada em prol da consolidação de uma eficácia que privilegia o desejo de controle do mundo, percebemos dois tipos de "aprimoramentos": um técnico e um tático (vinculado às disposições das tropas em campo de batalha). Para detalhar o caso técnico, podemos citar a resistência dos mamelucos à utilização do mosquete, arma de fogo introduzida nos fins da Idade Média, em contraposição à massificação das armas de fogo na Europa. Os mamelucos, advindos da prática de recrutamento de jovens não muçulmanos para serem treinados nos princípios do islamismo e servirem como soldados-escravos, sustentavam sua influência nas decisões políticas a partir do monopólio de certas práticas militares (montaria e manejo do arco)[11]. Nestes termos, a resistência mameluca a utilização da mosquetaria em geral está vinculada a manutenção de determinadas relações de poder e, consequentemente, ao exercício de práticas que caracterizam a cultura militar mameluca.

No que se refere ao elemento tático, deve ser mencionada a adaptação da manobra envolvente feita por Cipião, pupilo e flagelo de Aníbal Barca. A manobra envolvente, tática desenvolvida por Filipe II ao longo do século IV a.C., combinava elementos de duas linhas de desenvolvimento militar: uma desenvolvida no Oriente Próximo (que primava pela utilização de cavalaria, infantaria levemente armada e logística apurada) e outra no mundo ocidental, especificamente grego (pautada na utilização de infantaria pesadamente armada, consolidada em valores de disciplina e liberdade estranhos ao mundo não-ocidental)[12]. Durante o século III a.C., o exército cartaginês foi reformado a partir da contratação do mercenário grego chamado Xantipo, que reestruturou todos os

dispositivos táticos conhecidos por Cartago a partir do conhecimento da *anabasis* de Alexandre Magno. Aníbal Barca, em sua expedição contra Roma, da submissão de Sagunto ao massacre de Canas (216 a.C.), utilizou-se das emboscadas e, nos casos mais decisivos, de diversos princípios da manobra envolvente. A própria batalha de Canas foi vencida a partir de uma reinvenção da manobra de Filipe II. Sendo assim, podemos afirmar o "exercício" de elementos da tradição militar clássica (a partir de seu sofisticado pensamento tático) por comandantes não-ocidentais, em especial com a intensificação das relações romanas e cartaginesas no mar Mediterrâneo.

Tendo observado Aníbal por quase 14 anos, Cipião desenvolveu uma nova adaptação da manobra envolvente, dependente da produzida pelo comandante cartaginês, mas que superava a movimentação regressiva de Canas[13]. Ao contrário de Barca, Cipião realizou em Zama um avanço das tropas, desdobrando-a e impedindo, desse modo, o envolvimento. O argumento está, portanto, vinculado a capacidade de resposta dada a possíveis melhoramentos bélicos e à grande flexibilidade tática do mundo ocidental, sendo as alterações táticas executadas muitas vezes em curto espaço de tempo.

1.3 - Tradição militar agressiva

O tema que circunda a idéia de uma tradição militar pautada na agressividade diz respeito à busca por batalhas decisivas, isto é, direcionadas ao centro político e com resultados duradouros. Ao invés de evitar combates, a legitimidade do comandante ocidental reside em atingir resultados significativos em batalhas únicas e de grandes proporções.

Na cultura militar chinesa da Idade dos Estados em Guerra (403-221 a.C.), pensada a partir da *Arte da Guerra*, atribuída a Sun Tzu, a eficácia reside em evitar a todo custo o combate direto e, portanto, a batalha decisiva[14]. A idéia reside em esgotar as forças inimigas sem provocar-lhe diretamente o combate. Ao contrário, o objetivo reside em cortar suas linhas de abastecimento, causar-lhe confusão e atacar suas alianças e planos.

Esta idéia de eficácia é impensável no mundo ocidental, especialmente porque o padrão de guerra fundado pelos gregos necessita da busca pela batalha decisiva, a fim de cumprir sua realização máxima: homens que acreditam na liberdade como participação na tomada de decisões políticas reúnem-se em campo aberto e, lutando ombro a ombro, na condição de iguais e com o intuito de romper a linha inimiga, resolvem questões referentes à *pólis*[15].

A agressividade da tradição militar ocidental pode ser percebida também, e talvez com maior clareza, no resultado das guerras púnicas. Ao longo de aproximados cem anos de conflito, somados curtos intervalos de paz, romanos e cartagineses travaram batalhas por questões identitárias, pelo controle do Mediterrâneo ou pela emergência de um imperialismo completamente distinto do anterior às alianças fixadas na península itálica e na África.

Inicialmente, Roma e Cartago justificavam suas batalhas pela Sicília; logo a seguir, pela Hispânia e pela própria cidade de Roma; por último, como prova do terror provocado por Barca e devido à agressividade da tradição ocidental, os romanos reclamaram a incômoda existência de Cartago como potência marítima. Com essa destruição os romanos desejavam apagar o nome cartaginês da memória, excluindo seus feitos e exaltando sua própria vitória.

1.4 - Disciplina

Disciplina pode ser entendida como capacidade de garantir coesão e bloquear acessos de pânico que comprometam a formação, a partir da unidade na marcha e nos demais movimentos. Nas palavras de Geoffrey Parker, é a "habilidade de aguentar firme diante do inimigo, (...) sem conceder mecanismos para impulsos naturais de medo ou pânico"[16]. Deste modo, em termos ocidentais, disciplina está vinculada a um tipo específico de infantaria, concebida na tradição clássica pela formação *hoplita* e pelas legiões romanas. Apesar da necessidade de utilização de tropas montadas, essas sempre foram relegadas à categoria de auxiliares ou, quando conquistaram espaço político (os eqüestres nos fins da república romana, por exemplo), mantiveram-se a margem no estabelecimento de virtudes militares. Em última instância, a garantia das fronteiras do Império romano ou da supremacia política *políade* era a infantaria pesadamente armada e consolidada no ideal da disciplina.

Mesmo no medievo ocidental, quando pensamos as alterações posteriores ao desastre sofrido em Adrianópolis (378 d.C.), quando a cavalaria dos godos mostrou-se eficiente ao destruir as legiões romanas, a infantaria continuou a ser o centro ao redor do qual as manobras de cavalaria eram executadas. Além disso, com a emergência das armas de fogo, o dispendioso cavalo rapidamente cedeu espaço ao simples, barato e eficiente corpo cerrado de infantaria, na maioria das vezes armada com mosquetes e armas que exigiam pouco treinamento se comparadas ao manejo de arcos e montaria.

A relação que se estabelece entre a disciplina característica do mundo ocidental e a agressividade peculiar da tradição militar é tão evidente quanto profunda, uma vez que a máxima eficiência encontrada no emprego de uma formação pesada e disciplinada de infantaria produziu a busca constante pela resolução de guerras em batalhas decisivas. Em outras palavras, a cultura clássica sistematizou uma concepção de guerra que está pautada no aniquilamento pelo choque frontal, em contraposição ao que Keegan trata como "guerra limitada"[17], isto é, regida por rituais que impedem ou evitam o massacre em campo aberto e desconhecem a relação entre batalha decisiva, choque frontal, disciplina e militarismo cívico (elemento que garante a simplificação das habilidades envolvidas no manejo das armas e produz uma sustentação a disciplina como solução ao pânico pela inexperiência dos soldados nas práticas militares).

Conclusão

Pensar o "modelo ocidental de guerra" implica perceber sob quais elementos o discurso ocidental pôde firmar a construção retórica de uma especificidade na maneira de guerrear, de forma a legitimar sua superioridade bélica. As diversas re-significações de elementos produzidos inicialmente na cultura clássica, firmando uma prática militar que prima pela guerra de aniquilamento e pela sobreposição da idéia ao mundo sensível (físico), servem como parâmetro explicativo para a atuação militar ocidental nas consideradas "áreas de tensão". Além disso, e talvez localizando melhor o discurso, confere uma unidade ao passado que reclama as continuidades nas práticas militares ocidentais, vinculando o modelo fundado pelos antigos gregos à idéia de racionalização moderna do conflito armado.

Bibliografia

ARON, Raymond. *Dimensiones de la conciencia histórica*. México: Fondo de cultura económica, 1992.
ARRIANO, *Anábais de Alejandro Magno.* Tradução de Antonio Guzman Guerra. Madrid: Gredos, 1982.
DAWSON, Doyne. *As origens da guerra no ocidente*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. pp. 23.
FERRILL, Arther. *The Origins of War*. New York, 1985.
HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.
HANSON, V. D. *Why the west has won*. Nova York: Faber and Faber: 2001.
JENKINS, Keith. *História repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.
JULLIEN, François. *Tratado da eficácia*. São Paulo, Ed. 34, 1998.
KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
PARKER, G (ed). *The Cambridge History of Warfare*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.
WHITE, Hayden. Meta-história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

* Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado iniciada em fins de 2005 e com conclusão prevista para Dezembro de 2007.
** Discente do programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Goiás e professor de história antiga da Universidade Estadual de Goiás.

_____

1 WHITE, Hayden. Meta-história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. JENKINS, Keith. História repensada. São Paulo, Contexto, 2001.

2 RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, Jan/Dez 1997.

3 Para análise mais detalhada do processo de construção de identidades a partir da negação do outro e de sua conseqüente exclusão, ver HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

4 Como esta tradição militar foi, segundo Hanson, "fundada" no mundo clássico, as ilustrações para os aspectos que se seguem encontram-se pautadas quase sempre em casos do mundo greco-romano.

5 A atualização dos três elementos parece ser o ponto central para a compreensão do que foi dito acerca da consciência histórica. De um lado, sabemos que a idéia de liberdade existe somente como discurso e que, exatamente por isso, confere especificidade a esse modo de pensamento. Em segundo lugar, a cientificidade na reconstrução do passado está vinculada a novas formas de conceber a objetividade histórica, especialmente no que se refere às possibilidades intersubjetivas. Por último, as relações estabelecidas entre eventos não são mais percebidas como existentes fora da narração, uma vez que assumimos a postura de "*tell a story*". Neste sentido, a relação entre eventos é parte da forma, isto é, de todo o esforço narrativo do historiador em conceber ao passado uma unidade.
Para um detalhamento maior acerca dos três elementos constituintes da consciência histórica, ver ARON, Raymond. Dimensiones de la conciencia histórica. México: Fondo de cultura económica, 1992. pp. 103-105.

6 PARKER, G (ed). The Cambridge History of Warfare. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

7 HANSON, V. D. Why the west has won. Nova York: Faber and Faber: 2001.

8 Campanha militar vitoriosa.

9 ARRIANO, *Anábais de Alejandro Magno*, II, 17.

10 JULLIEN, François. Tratado da eficácia. São Paulo, Ed. 34, 1998. pp. 9.

11 KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2006. pp. 57.

12 FERRILL, Arther, The Origins of War (New York, 1985).

13 Em outros termos, a tática de Aníbal em Canas produziu uma bolsa que provocou a centralização da investida legionária.

14 DAWSON, Doyne. As origens da guerra no ocidente. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. pp. 23.

15 HANSON, V.D. Genesis of the infantry 600 - 350 BC. In: PARKER, G. The Cambridge history of warfare. Nova York: Cambridge University Press, 2005. pp. 20.

16 PARKER, G. The western way of war. In: _____. The Cambridge History of Warfare. Nova York: Cambridge University Press, 2005. pp. 3.

17 KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Cia das Letras, 2006.